FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 13/05/2023 - 05:59

Com dívidas de R$ 11 bi, Light pede recuperação judicial

Com dívidas de R$ 11 bi, Light entra com pedido de recuperação judicial

Iniciativa é da holding, pois lei impede distribuidoras de energia de fazer a solicitação à Justiça

Alexa Salomão

BRASÍLIA O grupo Light informou nesta sexta (12) que entrou com pedido de recuperação judicial (RJ) na 3ª Vara Empresarial do Estado do Rio de Janeiro, alegando necessidade de buscar solução para dívidas de cerca de R$ 11 bilhões.

As dívidas estão concentradas na distribuidora de energia de mesmo nome, mas o pedido foi apresentado pela holding para contornar limitações legais. Distribuidoras de energia são proibidas por lei de entrar em RJ.

Segundo a Folha apurou, o grupo tenta contornar a cobrança antecipada das dívidas da concessionária, o que colocaria em risco até os pagamentos das operações com energia elétrica.

Em comunicado, a companhia afirmou que os desafios de sua situação econômico-financeira se agravaram apesar de seus esforços recentes. A reação do mercado foi forte. As ações da Light caíram 17,2%, cotadas a R$ 3,85.

Em 11 de abril, a Light pediu e conseguiu, também na Justiça do Rio, uma cautelar para suspender o pagamento de parte de suas dívidas e instaurar um procedimento de mediação coletiva com credores.

A cautelar tem prazo de 30 dias e poderia ser prorrogada. No entanto, a Folha apurou que parte dos credores tem sido dura na negociação e um número expressivo deles trabalhava para derrubar a cautelar. Não há, ainda, a perspectiva de um acordo.

O jurídico da empresa considerou mais seguro buscar a RJ. Se insistisse na cautelar e ela fosse derrubada, as dívidas seriam, com certeza, executadas, afirmam fontes próximas à negociação.

Elas afirmam que esse ambiente mais agressivo criado por alguns credores elevou o risco de vencimento antecipado das debêntures e, consequentemente, de um "cross default", ou calote cruzado e antecipado das dívidas.

Nesse caso, também ocorreria o bloqueio das contas da empresa, que são abastecidas pelo pagamento da tarifa de energia, instalando-se o pior cenário — os problemas financeiros da empresa passariam a contaminar a prestação do serviço de energia.

A distribuidora da Light, afirma outra fonte, não teria recursos para pagar a geradores, transmissores ou garantir a prestação do serviço de energia. Em última instância, poderia sofrer intervenção da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

O que se diz no setor é que todo o mundo sabe como começa a intervenção em uma empresa, mas ninguém sabe como ela termina. No caso da Light, sem dinheiro novo, seria uma trajetória temerária, avalia uma especialista do setor de energia.

A Light atende 4,5 milhões de consumidores em mais de 30 municípios do Rio. No entanto, 32% de sua área de cobertura está em locais dominados por narcotráfico e controle armado de milícias e também está entre as que mais perde receita com furtos de energia.

Em alguns pontos, como a zona oeste, a milícia chega a fazer ligações em seus empreendimentos imobiliários usando a energia da Light e cobrando do consumidor final como se produzisse a energia.

Em áreas onde a ligação é da distribuidora, a milícia cobra taxa adicional, o que acaba inorientando o cliente a desistir do serviço oficial.

A situação da empresa, avaliam alguns especialistas, é agravada pela demora dos órgãos reguladores em tomar decisões importantes.

A negociação da dívida, por exemplo, é prejudicada pela demora na definição das regras que vão reger a próxima rodada de renovação para a concessão de serviço das distribuidoras, tarefa que cabe ao MME (Ministério de Minas e Energia).

Pelo cronograma, 20 concessões de distribuidoras vão vencer entre 2023 e 2031. A Light é a segunda na fila, em 2024. As empresas precisam de uma sinalização antecipada, no entanto, o MME até agora não definiu as regras.

Alguns especialistas viram no pedido de RJ uma tentativa de fazer pressão sobre o governo para agilizar a discussão sobre a renovação da concessão no caso da Light.

Há uma sinalização da pasta de que o anúncio das medidas pode ocorrer na próxima semana, com a instalação de audiência pública sobre o tema.

Mesmo sem dar retorno nessa área, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, criticou a empresa nesta semana. Disse que a Light não vem apresentando "respostas à altura" sobre sua eficiência administrativa e afirmou que o governo não vai admitir que empresas sem gestão eficiente participem do processo de renovação contratual de distribuição — algo crucial para a viabilidade da empresa.

Os especialistas também criticam a demora da Aneel em avaliar o pedido da Light para obter RTE (Revisão Tarifária Extraordinária), que poderia dar um fôlego financeiro adicional. A Light fez o pedido na agência em março, mas ainda não obteve retorno. A RTE pede a aplicação de uma nova metodologia, e a Aneel alega que precisa de tempo para avaliar parâmetros distintos aos que são adotados atualmente.

Em nota, a agência disse que acompanha a situação da Light e que a empresa permanece como se produzisse energia.

Em áreas onde a ligação é da distribuidora, a milícia cobra taxa adicional, o que acaba inorientando o cliente a desistir do serviço oficial.

Técnico em poste da Light, no Rio; distribuidora atende 4,5 mi de clientes em mais de 30 cidades — Guilherme Pinto - 8.fev.19 / Agência O Globo

Raio-X da Light (1º tri de 2023)

Lucro líquido
R$ 107 milhões
Receita bruta
R$ 5,3 bilhões
Privatização
21 de maio de 1996

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Samambaia FIA	20,01%
WNT	15,21%
Santander PB	
FIA 1	10,16%
Tempo Capital	7,16%
Demais acionistas	47,46%

Continua na pág. A21

Era isso ou intervenção, diz especialista que comandou empresa

ENTREVISTA
JERSON KELMAN

BRASÍLIA O engenheiro Jerson Kelman é um dos especialistas mais respeitados do setor de energia e conhece os riscos dos dois lados do balcão — foi presidente da Light e diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Na sua avaliação, se os advogados da Light viram na RJ (recuperação judicial) a maneira de proteger o caixa da distribuidora, esse é o caminho.

"Não podem permitir um colapso do serviço público", afirma Kelman.

Uma lei impede que a própria distribuidora faça o pedido de RJ, e a holding do grupo assumiu o pedido nesta sexta-feira (12), suscitando discussões sobre o efeito da alternativa para o marco legal do setor.

"Quando a própria Light pede a RJ, via holding, é uma ação preventiva", diz Kelman.

"Esse é um indicativo de que a holding é uma espécie de fiadora da distribuidora. No fundo, isso é uma tentativa de proteger o caixa da distribuidora. E isso ou uma intervenção da Aneel. Sem proteção, os credores atacariam o caixa", diz. **AS**

*

O que está ocorrendo com a Light? Há hoje um pano de fundo ruim para as distribuidoras de maneira geral, com um certo frenesi com o mercado livre e a GD [geração distribuída, especialmente energia solar], que diminui os custos para alguns consumidores, mas aumenta para a maioria do mercado cativo [onde estão grande parte das residências e pequenos comércios], o que também eleva a inadimplência. Temos esse problema generalizado, que estica a corta para as distribuidoras no país.

Uma das prejudicadas é a Light, então? Começam a pipocar problemas nas mais frágeis. A Light e distribuidora do Amazonas são as mais frágeis, pelos problemas que a gente já conhece, perdas não técnicas [furto de energia, por exemplo]. Mas foi a queda de braço entre credores, acionistas, administradores, acionistas e a população em geral que levou ao pedido de recuperação judicial feito pela holding.

Há uma lei impedindo distribuidora de pedir recuperação judicial. Essa lei, de 2021, é da época do Grupo Rede. A holding do grupo Rede entrou em RJ, e as concessionárias, debaixo da holding, eram saudáveis. A preocupação, então, era que o problema da holding não prejudicasse a operação das empresas. A distribuidora é a porta de entrada do sistema elétrico, então, [tem] a ideia de ela não poder pedir RJ. Busca proteger o setor, que é todo interligado, de um efeito sistêmico.

Aqui está ocorrendo o contrário. A dívida está na concessionária, e a holding tenta evitar uma situação de extrema gravidade.

Eduardo Anizelli - 11.mar.23 / Folhapress

Jerson Kelman, 75
Engenheiro civil, mestre em hidráulica e doutor em hidrologia e recursos hídricos, pela Universidade do Colorado. Foi o primeiro dirigente da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico). Também comandou a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e os grupos Light, Eletrosul e Sabesp.

Como o problema poderia evoluir? O pânico no caso da Light foi se instalando depois da contratação da Laplace [empresa de reestruturação] e com a contaminação do caso da Americanas. A Light, então, buscou proteção de uma liminar, que estabelecia uma negociação entre a companhia e os seus credores, e dava 30 dias para que as partes tentassem chegar a uma solução. A liminar poderia ser neutralizada, o que seria catastrófico.

O que se conta no mercado é que alguns credores estavam muito empenhados em tentar derrubar a cautelar. Poderia haver uma corrida ao caixa da distribuidora, e ela ficaria sem condição de operar. Quando a própria Light pede a RJ, via holding, é uma ação preventiva. No fundo, isso é uma tentativa de proteger o caixa da distribuidora. É isso ou uma intervenção da Aneel. É claro que tem um monte de coisa ruim aí. Você precisa proteger a distribuidora, mas isso também é ruim, sob o ponto vista do mercado de capitais. Não é bom para o país uma situação que sugere riscos de perdas para credores.

Alguns especialistas viram na medida, do jeito que foi feita, uma manobra que fere a lei. Nem os administradores da Light nem os da Aneel poderiam deixar que o caixa da distribuidora fosse atacado. Eles têm de buscar alguma saída. Se os advogados entenderam que havia uma chance de isso acontecer, respondo sinceramente, a Light precisava agir para proteger o caixa da distribuidora. E a Aneel precisa ter a mesma preocupação. Não podem permitir um colapso do serviço público.

Há quem diga que a situação da Light foi agravada porque o Ministério de Minas e Energia demora em apresentar as regras para a eventual renovação das concessões. A concessão da Light vence em 2024, junto com um grupo que 20 concessões, e a renovação e seus parâmetros são vitais para os credores negociarem a dívida. Sim. A demora atrapalha. Se a decisão for de não renovar, é melhor intervir logo.

O ministro Alexandre Silveira [Minas e Energia] fez críticas ao modo como a Light conduziu a negociação. Eu também tenho críticas à Light. Em algumas gestões, ela trabalhou para aumentar a receita, mas não o recebimento. Como é isso? Estimulou as equipes terceirizadas para fazer o que se chama de TOI, multar regressivamente — cobrar para trás — quem furtava energia. Alguns abusos foram feitos, o que levou a uma enxurrada de processos judiciais. Não adianta elevar faturamento e pagar mais ICMS emitindo fatura, se você não vai receber. Ou seja, a Light peccou no passado, mas não é por causa disso que ela está nessa situação hoje.

A Light, o serviço de barcas, a SuperVia... os serviços públicos no Rio estão sendo prejudicados pelo ambiente. O ministério precisa resolver logo o marco legal, para que as distribuidoras não fiquem tão fragilizadas e decidir logo as condições para as renovações das distribuidoras. Se a decisão for não renovar a Light, me parece que o melhor é o governo fazer logo a intervenção. Eu sou favorável à renovação. O governo federal precisa olhar para frente e dar uma arrumada no setor elétrico, mas precisa também ter renovamento do estado do Rio nesse assunto.

Qual seria o papel do estado do Rio? A Light não consegue receber pela energia em muitos locais. As perdas estão nessas áreas. É preciso de repressão mais dura. Nem estou falando nas áreas de milícia, mas nas áreas onde ela consegue entrar o furto também é alto. É preciso começar a botar algumas pessoas na cadeia por furto de energia.

Com dívidas de R$ 11 bi, Light entra com pedido de recuperação judicial

Continuação da pág. A19

"A gente entende que momentaneamente as questões financeiras devem ser resolvidas no âmbito do processo, na mediação com os credores financeiros, e que a prestação de serviços deverá continuar regular para a população fluminense, indústria, serviço e comércio", disse Miccione.

A B3, operadora da Bolsa, informou que vai cochilar a ação da Light S.A., dona da distribuidora de energia, de todos os seus índices, após a companhia entrar com pedido de RJ.

A exclusão dos nove índices dos quais faz parte ocorrerá no fim do pregão de segunda (15).

Colaborou Stefanie Rigamonti, de São Paulo

Grandes empresas impulsionam onda de solicitações

Joana Cunha

SÃO PAULO A onda de pedidos de recuperação judicial, que começou a tomar força em novembro de 2022 e ganhou destaque em janeiro com o caso Americanas, teve mais um impulso.

Os novos dados mensais que serão divulgados pela Serasa Experian apontam 93 requerimentos registrados no país em abril, um aumento de 43% em relação ao mesmo mês do ano passado.

No acumulado de 2023, já são mais de 380 casos.

Em volume, as micro e pequenas empresas lideram os pedidos de recuperação judicial em abril, com 64 requerimentos, seguidas pelos médios negócios (18) e os grandes (11). Mas o avanço no acumulado deste ano vem sendo puxado pelas grandes, que tiveram quase 80% de crescimento no número de pedidos, ante 53% das micro e pequenas e 6% das médias.

Na classificação da Serasa, as grandes empresas são as que faturam mais de R$ 50 milhões por ano.

"O que preocupa é que as grandes estão com crescimento maior [nos pedidos de recuperação]. Isso mostra que a situação de estagnação da economia e juros altos não está batendo só no pequeninho

> O que preocupa é que as grandes estão com crescimento maior [nos pedidos de recuperação]. Isso mostra que a situação de estagnação da economia e juros altos não está batendo só no pequeninho
>
> **Luiz Rabi**
> economista da Serasa Experian

mês do ano passado.

No acumulado de 2023, já são mais de 380 casos.

Em volume, as micro e pequenas empresas lideram os pedidos de recuperação judicial em abril, com 64 requerimentos, seguidas pelos médios negócios (18) e os grandes (11). Mas o avanço no acumulado deste ano vem sendo puxado pelas grandes, que tiveram quase 80% de crescimento no número de pedidos, ante 53% das micro e pequenas e 6% das médias.

Na classificação da Serasa, as grandes empresas são as que faturam mais de R$ 50 milhões por ano.

"O que preocupa é que as grandes estão com crescimento maior [nos pedidos de recuperação]. Isso mostra que a situação de estagnação da economia e juros altos não está batendo só no pequeninho. Aumentou a participação das grandes nesse estatística. Antes, não era o número que mais crescia", diz Luiz Rabi, economista da Serasa.

Por setores, a indústria tem 67% de aumento nos pedidos de recuperação judicial, e o setor primário, que abrange o agronegócio, alcançou 68%.

No caso do agro, foram 37 empresas de janeiro a abril deste ano, ante 22 no mesmo período de 2022.

O caso da Light vai entrar no indicador de maio.

A tendência ainda deve prevalecer nos próximos meses, porque está ligada aos números de inadimplência, que continuam subindo, segundo as previsões de Rabi.

"A inadimplência só vai começar a cair quando a economia voltar a crescer, o juro voltar a cair e a inflação estiver mais baixa. Já temos alguns avanços, mas ainda está muito no começo para conseguir reverter, e esses números de insolvência entrarem em uma curva diferente da atual", afirma Rabi.

Os pedidos de falência também seguem em alta, com 9 registros em abril, avanço de 12% na comparação com o mesmo mês do ano passado, de acordo com a Serasa Experian.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 19 e 21

Copyright © Clipclap 2026.